



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: ELY TERUEL

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 20 de Agosto de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

21279

A SRA. PRESIDENTE (Amanda Paschoal) – Muito boa noite a todos e todas, agradeço a presença de todos que vieram prestigiar esta audiência sobre esse tema que é tão importante, tão fundamental para que nós lutemos pelos direitos das trabalhadoras domésticas, que nós sabemos que, infelizmente, a nossa cultura ainda tem sido tão negligenciada por conta de uma cultura patriarcal, racista, sexista, que coloca, muitas vezes, essas mulheres que são tão fundamentais para a nossa sociedade em uma situação de precariedade.

Para a abertura da audiência, vou passar a palavra para a minha Presidente, a presidente da Comissão de Saúde, Ely Teruel, e saudar a presença, já aqui na mesa, da maravilhosa Ediane Maria, nossa Deputada Estadual, pelo PSOL. Muito obrigada.

- Assume a presidência a Sra. Ely Teruel.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito boa noite a todos. Tudo bem, gente? Rapaz, meu amor, é minha seguidora? Que bom, muito obrigada pelo carinho, viu? Realmente, a gente vem fazendo um trabalho muito especial, não só de evangelização, com o meu esposo, Fábio Teruel, aqui nesta Casa, mas também estamos nessa missão, que é estar na Comissão, como Presidente da Comissão de Saúde, e eu fiz questão de estar aqui hoje, abrindo junto com a minha Vereadora querida, Amanda, a nossa Vereadora aqui da cidade de São Paulo, que trouxe esse tema tão relevante e importante.

Diariamente, nós temos um programa de rádio, além de ter todo o trabalho desenvolvido na Câmara Municipal, e os nossos ouvintes são totalmente as pessoas que estão indo e vindo aos seus trabalhos, como diaristas, como domésticas, e eu faço minhas as palavras da Vereadora, um tema tão importante e um tema que toca o nosso coração, no sentido de humanizar todo esse processo, né, Deputada? Agradeço também à Deputada Ediane que está aqui com a gente, vindo da Assembleia, da ALESP, é o primeiro mandato e a gente fica muito feliz em poder ter mulheres, principalmente, atuando e trabalhando. Eu estou no meu segundo mandato, e estive também em outras comissões, como a de Criança e Adolescente no mandato anterior, e é de extrema importância que a gente veja esse lado tão humano da nossa sociedade, que precisa demais.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 2 DE 34

Então, eu fiz questão mesmo de vir e olhar aqui nos olhinhos de cada uma de vocês, dizer que nós estamos muito felizes por esse tema, quando chegou na comissão, eu como Presidente dessa Comissão de Saúde, Trabalho, Mulher e Promoção Social, não pensei duas vezes, em colocar na pauta, né, Amanda, e a gente falar sobre esse assunto tão importante, que é o do trabalho de vocês. Então, meus parabéns por cada um de estar aqui hoje, tirando um tempinho do seu dia, para discutir o que realmente a gente precisa olhar com carinho.

Bom, então, é a 6ª audiência pública, semipresencial da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, de 2025. Registro a presença da Vereadora Amanda Paschoal. Fazemos, na verdade, o protocolo dos membros da comissão, mas não necessariamente a gente costuma estar em todos, porque há outras atividades também. Então registro a presenças de Luana Alves, Simone Ganem, Hélio Rodrigues, Roberto Tripoli, Ely Teruel e Rute Costa.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, declaro abertos os trabalhos desta 6ª audiência pública semipresencial do ano de 2025, convocada para hoje, dia 20 de agosto de 2025, para discutirmos desafios à proteção trabalhista das trabalhadoras domésticas no município de São Paulo.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal, no endereço <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/auditorio-virtual/> e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo.

Foram convidadas a participar desta audiência as Sras. Ediane Maria, Deputada Estadual; Eliete Edwiges Barbosa, professora do curso de Cultura, Educação e Relações Étnico-raciais – ETNOCULT, do CELAAC – USP; Rosália Vieira, Conexão Babás e Domésticas; Marinete Martins, do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo; e Veronica Oliveira, ex-faxineira, palestrante, escritora e apresentadora.

Após a abertura desta reunião, passarei a condução dos trabalhos para a nossa Vereadora Amanda Paschoal, que tem toda a autoridade para falar sobre o assunto.

Todos os que irão se pronunciar fizeram suas inscrições *on-line*. Já temos um

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 3 DE 34

inscrito, o Rodrigo. Aos presentes, as inscrições estão abertas ao lado da Mesa, com o Gustavo.

Peço licença a todos para acompanhar os trabalhos do meu gabinete e já passo a condução dos trabalhos para a Vereadora Amanda Paschoal, como todo o carinho. Deus abençoe vocês. Obrigada pela oportunidade também de podermos estar aqui. Fiquem com Deus. Deputada, leve meu abraço ao Presidente da ALESP. Sabemos o quanto o trabalho de vocês na Assembleia Legislativa também é árduo, tanto que a senhora está aqui hoje. De lá, vem para cá, daqui, vai para lá, e assim vai. Então, a paz de Cristo esteja com vocês.

- Assume a presidência a Sra. Amanda Paschoal.

A SRA. PRESIDENTE (Amanda Paschoal) - Muito obrigada, Presidente. É muito importante a aprovação do requerimento e o trabalho que vimos desenvolvendo na Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher. Tenho certeza de que os debates serão riquíssimos.

Já chamo para compor esta Mesa uma pessoa maravilhosa, que já acompanho há muito tempo, já encontrei em outro evento, acho que na Paulista: Verônica Oliveira, maravilhosa. (Palmas)

Registro a presença da Vereadora Rute Costa por meio do Teams. A Vereadora quer fazer uso da palavra? (Pausa).

Começo falando que esse é um tema fundamental. Inclusive hoje está acontecendo um Congresso da Fenatrad, em Brasília, que é a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, que estão na luta para serem assegurados mais direitos trabalhistas. Sabemos que a nossa cultura é calcada no racismo e no sexismo. Infelizmente, as trabalhadoras dessa área de trabalho ainda passam por muitas violências por conta da nossa cultura, que é extremamente preconceituosa.

Além de todas as violências estruturais e estruturantes que colocam as trabalhadoras domésticas em uma situação de vulnerabilidade, que as faz carecer da ação do Poder Público para sua defesa, ainda há toda a construção de uma afetividade que é usada como escudo para mais exploração ainda, como nós vemos em muitos relatos de pessoas que sequer podem voltar

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 4 DE 34

para suas casas, que não têm seus direitos trabalhistas assegurados, que ultrapassam, em quantidade, as horas no trabalho e são vítimas de uma precarização, uma vulnerabilização muito, muito brutal por parte dos seus patrões e patroas.

Precisamos cobrar e também enaltecer a Lei das Domésticas, que completou 10 anos neste ano. E, para isso, nada melhor do estarmos hoje reunidas usando a Câmara Municipal e a ALESP para cobrar do Poder Público, a partir das reivindicações de vocês, a elaboração de um trabalho de qualidade na defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas.

Tenho certeza de que, a partir do debate que iremos construir neste espaço e a partir dos relatos que ouviremos nesta audiência pública, poderemos elaborar estratégias e apoiar o movimento para garantir que os direitos sejam fortalecidos e conquistados cada vez mais, indo de encontro com o que tem feito a extrema Direita, que é a precarização não só das trabalhadoras domésticas, mas de toda e função de trabalho.

Passo agora para a minha maravilhosa – vizinha também, embora nunca tenhamos conseguido sair perto de casa – Ediane Maria, trabalhadora doméstica, membra do MTST e Deputada Estadual pelo PSOL. Foi a primeira doméstica a chegar à ALESP e atua na defesa dos direitos da população negra, das mulheres, por moradia digna e segurança alimentar na periferia de São Paulo. Edi, muito obrigada por ter vindo a esse espaço. Eu admiro muito seu trabalho, a sua força, a sua luta. Você é uma grande referência e vai ser uma honra mesmo poder te escutar e construir mais esse espaço de luta ao seu lado. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. EDIANE MARIA - Eu não sei nem como que liga esse negócio, consegui ligar.

A SRA. PRESIDENTE (Amanda Paschoal) – Antes, chamo, para compor a Mesa, Eliete Edwiges Barbosa, Professora do curso de Cultura, Educação e Relações Étnico-raciais, ETNOCULT. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. EDIANE MARIA – Meu Deus, hoje o debate está forte nesta Casa, hein? Bom, primeiramente, boa noite. Eu quero saudar minhas companheiras, meus companheiros que estão aqui hoje, inclusive a Amandinha, que veio lá da zona Leste de São Paulo. Uma salva de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 5 DE 34

Palmas para vocês que estão aqui hoje. Eu quero saudar o movimento VAT – Vida Além do Trabalho, que também se faz aqui presente hoje. Eu quero saudar também o Movimento dos Trabalhadores sem Direitos para dizer que o trabalho dos informais não é invisível. É um trabalho que, sim, mantém a cidade funcionando.

Amanda, eu estou muito feliz por estar aqui hoje, recebi esse convite com muito carinho. Eu sou aquela mulher que veio para o Estado de São Paulo. Tive um debate muito grande hoje com a Tábata, e pensamos como a gente poderia trazer vários dados em que a gente está trabalhando há dois anos e meio sobre projetos de lei pautando o trabalho doméstico também, pois temos um mandato que se elege com essa pauta, com a trajetória de vida e também de para uma mudança na própria política. A gente sabe que quem está lá dentro nunca pensou na gente, a não ser nós da esquerda. Então, quando a gente tem essa ruptura na política e consegue eleger a primeira empregada doméstica vinda do MTST, dos movimentos trabalhadores sem teto, a gente consegue avançar e sonhar com uma sociedade melhor, assim como quando a gente vê aqui uma mulher trans preta ocupando uma cadeira nesta Câmara Municipal de São Paulo, e vê a nossa diva, a nossa divônica, lá no Congresso Nacional, Erika Hilton, ocupando aqueles espaços, ela que vai ser relatora e puxar os debates sobre o fim da escala 6x1.

Então, quando a gente olha para esse cenário e vê hoje esta Casa fazendo esse debate, ficamos felizes. A Verônica faz um trabalho maravilhoso, que começa também a entender, em 2020, na pandemia, a dificuldade que havia e aí lança um programa, uma rede social para debater sobre a faxina. A Verônica vai falar um pouco mais sobre isso.

A Eliete faz um estudo sobre as trabalhadoras domésticas, fantástico, que é um momento de escuta sobre o movimento das trabalhadoras domésticas que foram historicamente silenciadas. Acho que é importante falar de um trabalho que foi historicamente invisibilizado. A gente teve um avanço em 2013 com a nossa Presidenta Dilma. Acho que todo mundo lembra, Amanda. Eu estava também trabalhando em casa de família há mais de 7 anos sem ter um registro de carteira e sem poder perguntar para minha patroa: quando você vai me registrar, para

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 6 DE 34

onde eu vou? Por isto, é tão importante estar na Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: porque a gente vai começar a debater sobre um trabalho adoecedor.

A gente vai falar de doença. O trabalho doméstico, gente, para quem não sabe, ele adoece quem está nele. E quando a gente olha para o cenário hoje em nosso país, entende que somos a base, o trabalho doméstico é base da sociedade. Ele é um dos primeiros trabalhos que surgem no nosso país.

Olhando no contraponto, mesmo depois de mais de 10 anos da PEC das trabalhadoras domésticas, a gente enxerga – e eu poderia trazer os dados – que hoje mais de 76% da categoria estão sem registro de carteira. Mas podemos olhar para nós mesmas e refletir, porque todo mundo conhece uma trabalhadora doméstica que está hoje sem registro em carteira. Essa trabalhadora está hoje ganhando menos da metade do salário mínimo, sem registro em carteira, sendo desvalorizada. Essa mulher não tem direito algum assegurado. Ela não existe para o sistema.

Então, como que nós vamos conseguir? No Brasil, nunca houve uma grande marcha das trabalhadoras domésticas. A gente nunca viu, e sabem por que que nunca vimos? Porque nós estamos nas casas de famílias, nós estamos longe do Centro, a gente não tem dinheiro para acessar o centro da cidade para conseguir se organizar. Por isso, é importante estarem hoje aqui o MTST e vários movimentos sociais – a Fenatrad, que são os sindicatos das trabalhadoras domésticas, e além do sindicato da Barra Funda.

Por que é importante a gente trazer esse debate para dentro desta Casa, Amanda? Por que eu saúdo essa iniciativa do seu mandato? Porque a cidade de São Paulo ainda é o lugar que mais aparece na nossa travessia do Norte-Nordeste para o trabalho doméstico. O navio negreiro continua fazendo sua travessia. Nós continuamos olhando para o Estado de São Paulo, para a cidade de São Paulo com a esperança de mudança real de nossas vidas. Eu sou do sertão de Pernambuco. Mas quantas de nós vêm de outros Estados? E a maioria é de mulheres negras, que vêm de uma extrema vulnerabilidade, da pobreza, fugindo da fome, ou tiveram uma indicação de um parente para virem trabalhar numa casa de família.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 7 DE 34

Mas a gente sonha com um futuro melhor. A gente sonha em voltar para nossa casa. A gente sonha, mas a gente faz da cidade de São Paulo e do Estado de São Paulo a nossa casa. Aqui é a nossa casa também.

Então, reivindicar espaços como esses, Amanda, para nós é fundamental. Isso, sim, é reconstruir a política. Isso é colocar nossas vozes, que foram historicamente silenciadas. Pensar projetos de lei ouvindo a categoria, ouvindo as trabalhadoras domésticas: é assim que a gente avança.

No Estado de São Paulo, a gente está conseguindo fazer muita coisa. Porque eu falo que não foi fácil para eles que sempre lidaram com a gente. Sempre fomos aquelas que limpam a casa e cuidam dos filhos, aquelas que não falam das suas dores, porque que ninguém quer ouvir nossas dores. Quem é essa mulher que está na sua casa agora? Quem é essa mulher que está na sua casa agora? Você sabe quem é ela? Você sabe quais são os sonhos dela, o que ela pensa? O que ela sonha todos os dias?

O trabalho doméstico é adoecedor, porque a gente trabalha e não pode garantir aquela comida que a gente cozinha o dia inteiro para filhos dos outros, aquela cama maravilhosa que a gente forra com todo o cuidado, com todo o ensinamento. A gente já sabe forrar a cama, mas muitas vezes tem que ser ensinado novamente a nós: forrar uma cama, lavar uma louça, passar uma roupa. E a gente sonha, a gente sonha, mas muitas vezes a gente não é ouvida.

Por isso, é importante ter esse espaço para escuta e para construir projetos de lei ouvindo a categoria. Assim como cuidamos muito bem dos filhos dos patrões, nós nos preocupamos com o futuro dele. Para onde ele vai? A gente fica preocupada, Amanda. É impressionante, a gente fica preocupada. Eu cuidei de várias crianças que hoje estão já com 30 anos, já são homens e mulheres. Mas eu olho e falo: onde eles estão, para onde eles foram? O que a gente queria é que os nossos patrões também se preocupassem com o futuro dos nossos filhos: para onde eles vão? Eles vão para a universidade? Eles vão conseguir terminar seus estudos? Eles vão ser mortos pela polícia? Eles estão comendo na casa deles? Essa mulher que cuida do meu filho, ela está conseguindo cuidar dos filhos dela?

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 8 DE 34

É esse o debate que a gente está colocando na sociedade. Por isso, é uma honra estar aqui hoje e poder falar de nós. Desejo uma boa audiência para todos nós, gente. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Amanda Paschoal) - Muito obrigada, Ediane. Você é uma grande referência. É uma vitoriosa, é uma vitória para a luta das trabalhadoras domésticas. E a gente sabe que São Paulo é de fato uma cidade que concentra muitas dessas trabalhadoras, pois o êxodo do Norte e do Nordeste é muito grande. E essas pessoas, para além da dinâmica exaustiva e da problemática difícil dessa profissão, muitas vezes ainda enfrentam a xenofobia, o racismo, o sexismo e a desumanização por parte dos seus patrões e patroas.

Então, a partir da construção que você faz na ALESP, deste começo da minha construção na Câmara Municipal, e com a Érika em Brasília e toda a nossa bancada, eu tenho certeza de que a gente consegue dialogar para pensar e propor soluções e também cobrar das pessoas responsáveis pela elaboração, manutenção e cumprimento das leis que defendem os direitos das trabalhadoras domésticas. A partir daí a gente vai conseguir construir um caminho, um futuro possível e melhor para todas nós.

Chamo, para compor a Mesa, a Marinete Martins, do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Município de São Paulo. Seja bem-vinda. (Palmas)

Antes de chamar a próxima oradora, eu gostaria também de reforçar a possibilidade de inscrição para falas nesta audiência. Quem quiser se inscrever, dê o nome ao Gustavo, na mesa ao lado. Serão falas de três minutos, que vão ser liberadas a partir do término das nossas intervenções.

Chamo a próxima oradora, Eliete Edwiges Barbosa, Professora do curso de Cultura, Educação e Relações Étnico-raciais, ETNOCULT, CELAAC – USP, e pesquisadora pela Universidade de Concordia. Pesquisa diversas formas de abuso a que as trabalhadoras domésticas estão sujeitas no Brasil, assim como as formas de resistência frente ao à opressão. Muito obrigado, Eliete. (Palmas)

A SRA. ELIETE EDWIGES BARBOSA - Boa noite a todos. Obrigada pelo convite,

estou muito feliz de estar aqui com vocês.

Eu levei esse tema da trabalhadora doméstica para o meu pós-doutorado. Sou Eliete, sou assistente social de formação. Fiz meu mestrado e meu doutorado em Psicologia Social na PUC São Paulo e atualmente estou fazendo a pesquisa de pós-doutorado com o tema O Trabalho Doméstico no Brasil.

É muito difícil falar depois de vocês, mas eu vou tentar. A gente tem que entender o que é o trabalho doméstico no Brasil. A gente tem que entender que esse trabalho doméstico vem de uma herança histórica. A gente tem uma herança histórica sobre o escravismo no Brasil. Essa questão da servidão perpassa a sociedade até os dias atuais.

Como a própria Ediane falou, o trabalho doméstico é um trabalho não reconhecido como trabalho, tanto legalmente como pelos empregadores. Mas a gente entende, sim, que é trabalho.

Nessa pesquisa que estou fazendo, a gente entrevistou 60 empregadas domésticas. Fizemos de duas formas. Uma delas, com uma pergunta em que a gente direcionou para o modo ela utiliza as políticas públicas. A gente fez um questionário com várias perguntas sobre habitação, previdência, saúde, educação, segurança alimentar etc. Perguntamos como isso é na abordagem dela com a família.

Outro ponto que a gente também levantou foi o seguinte: como o trabalho doméstico vem na forma de herança na vida dessa pessoa. Foi a mãe, foi a avó que teve esse trabalho?

Mas um dos dados – o que é bem legal – que a gente viu na pesquisa, que a gente tabulou direitinho, foi da geração seguinte a essa trabalhadora doméstica. Teve um corte, não se está passando esse bastão. E por quê? Por causa de políticas públicas, gente. Então o seu papel, o papel da Ediane é superimportante, porque através das políticas públicas, mesmo que falemos do Brasil, não estamos ainda no processo ideal, mas um dos fatores que deu diferencial na família dessa trabalhadora doméstica é a educação.

A questão das cotas universitárias ou dos incentivos que teve para a educação, teremos uma geração de trabalhadoras domésticas que teve acesso à educação e à

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 10 DE 34

universidade. É raro ainda, mas tem. Nós temos. Vocês - hoje - vão poder falar “Meu filho se formou. Minha filha se formou”. Não vai ter o mesmo destino que eu vou ter. Isso é super válido.

Eu estar aqui com vocês é primordial, porque estamos constatando realmente que faz a diferença sim.

Uma outra coisa que abordamos, que é como a Ediane disse, a questão das leis trabalhistas.... Essa trabalhadora doméstica chega na idade de aposentadoria e não tem direito à previdência. Ela não pôde pagar a previdência dela, não pôde contribuir. Um outro ponto que foi dado na pesquisa como uma outra política pública, que vai dar uma seguridade na velhice dessa trabalhadora doméstica, é o benefício social LOAS, o BPC. É uma outra garantia. Não é o certo, pois sabemos que ela trabalhou e deveria ter todos os direitos garantidos, mas é uma outra alternativa que teve para não ficar no alento, não ficar desamparada totalmente... porque o corpo cansa, chega uma hora que o corpo da trabalhadora doméstica não dá mais para fazer esse trabalho. Ela iria sobreviver do quê?

Não quero me estender muito, mas estamos concluindo a pesquisa. Estou aqui também com o Neto, que é o estudante da USP que está me ajudando muito nessa pesquisa. Fizemos um outro tipo de pesquisa também no qual perguntamos para elas “Qual o seu histórico de vida?” Então, temos dois bancos de dados: um que falamos sobre a questão das políticas públicas, e quem é ela, como é ela, onde ela mora, como sobrevive, como são as relações que ela tem. Isso é um outro mapa que estamos abrindo, é um outro divisor que estamos fazendo.

E, não posso falar porque não está concluído ainda, mas é um pré-diagnóstico que podemos falar que essa mulher é a mulher preta, periférica, do Município... que mora nas divisas de municípios da cidade de São Paulo, porque até a periferia de São Paulo já está um pouco mais elitizada, então ela mora em Suzano, ela mora em Ferraz, ela mora nas regiões que ainda são a franja da franja da periferia de São Paulo.

E essa questão do transporte, da mobilidade, foi uma outra questão que abordamos na pesquisa, o tempo que ela gasta, o tempo que ela vai para o trabalho, o desgaste que ela tem, como ficam seus filhos com a rede de ensino, creche, escola, posto de saúde, tudo isso

abordamos nessa pesquisa, e estamos tendo um diagnóstico muito bonito.

E, ao final dessa pesquisa, o que faremos lá na USP? Vamos produzir *podcasts*, cartilhas falando de todo esse acesso a essas políticas públicas, porque a necessidade nos faz aprender a usar política pública. Então, não existe escolinha e é isso que eu sempre falo, para mim, quem é cidadão mesmo, ao pé da letra, é aquela pessoa que sabe quais são os seus direitos, que reconhece o que é um órgão público, que sabe reclamar, que sabe dos seus direitos. Esse é o verdadeiro cidadão. Uma coisa que eu falo, mulher sabe ir atrás de tudo. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Amanda Paschoal) – Eliete, muito obrigada.

É fundamental mesmo que possamos produzir dados a partir da ciência e a lógica da construção de conhecimento e da busca pela política pública e pelo direito vai de contraponto ao que é, ao que está dentro da cultura e o que também movimentou a partir da mudança econômica que começou no nosso país no Governo Lula, por exemplo; que isso gerou um ódio muito grande nas pessoas que não gostariam e ainda não gostam de ver que nós possamos ter outras possibilidades de vida, que o filho das trabalhadoras, os filhos das trabalhadoras domésticas tenham oportunidades, são pessoas que não aceitam, que não conseguiram assimilar de maneira nenhuma uma mulher como Ediane Maria sendo Deputada Estadual, uma travesti como eu sendo Vereadora na nossa cidade, e isso eles não têm mais força e não vão ter mais a capacidade de conseguir promover a manutenção dessas estruturas que nos colocam em um verdadeiro sistema de caças, porque gostariam muito que não evoluíssemos, que estivéssemos sempre à margem, sempre aquém da possibilidade de dignidade, de cidadania, mas graças ao seu trabalho dentro da academia e ao trabalho das nossas parlamentares e de todos os ativismos, e de todas as pessoas aqui presentes que constroem a resistência dia a dia, seja no seu micronúcleo, no macro núcleo, conseguimos unir forças e construir um futuro melhor que não vai de encontro e não vai, de maneira nenhuma, abaixar a cabeça para os patrões e patroa, se estes querem fazer da nossa sociedade uma verdadeira manutenção do que foi o tempo da escravidão.

Muito obrigada.

A SRA. ELIETE EDWIGES BARBOSA - Eu só quero complementar uma coisa: também não era para eu estar na USP, se fosse dessa forma. Então eu, Eliete, como mulher preta que está na Universidade de São Paulo, que está fazendo pós-doutorado, se não fosse por essas políticas públicas, eu também não estaria, porque lá não seria o meu lugar.

A SRA. PRESIDENTE (Amanda Paschoal) – Eles que lidem, eles que chorem. Cotas, extremamente fundamental. Hoje mesmo, nessa Comissão de Saúde, tivemos um projeto que conseguimos derrubar, um projeto de um Ex-vereador, Fernando Holiday, que queria acabar com as cotas raciais, dizendo que as cotas deveriam ser apenas com relação à classe econômica. Pelo amor de Deus.

Essas pessoas são tão... vivem fora da realidade e ajudam e dão as mãos às pessoas que constroem tanta opressão e todas as desigualdades que se perpetuam na nossa sociedade, e estamos aqui para evitar que esse tipo de absurdo se repita e aconteça.

Agora, vou passar a palavra para a Marinete Martins, que acabou de chegar. Marinete Martins que é do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do município de São Paulo, e que desde 1962 atua na orientação das trabalhadoras domésticas, e a partir do Departamento de Domésticas Migrantes e Indígenas e auxilia também muitas trabalhadoras domésticas migrantes na cidade de São Paulo.

Muito obrigada, Marinete, pela sua presença.

A SRA. MARINETE MARTINS - O nosso Sindicato em São Paulo tem um trabalho muito importante, porque damos assistência às trabalhadoras do município de São Paulo, que temos 5 milhões e alguma coisa de trabalhadoras domésticas só no município de São Paulo, e nós damos atendimento jurídico, prestamos atenção na doméstica que chega ao Sindicato fragilizada por maus-tratos. Ainda são muito maltratadas hoje, pois em pleno século 21, a doméstica ainda é vista como simplesmente uma empregada.

E, quando na verdade somos ponte, a fonte desses que tem o poder de estar pagando pelo nosso serviço, eles dizem que empregada doméstica não produz. Produzimos sim, porque lavamos, passamos, cozinhamos, cuidamos dos filhos e deles também. Então, se eles

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 13 DE 34

fls 14

precisam do serviço da trabalhadora doméstica, é óbvio que somos muito importantes, temos uma importância muito grande dentro da sociedade trabalhista, nosso empenho maior é tratar a doméstica como o ser mais importante dentro da nossa sociedade, porque como trabalhadora doméstica, ela é capaz de gerir toda a vida de uma família, apesar de não ter nenhum reconhecimento.

Temos projetos muito importantes para dar assistência a essas trabalhadoras que nos procuram. Temos projetos, temos assistência jurídica e outras coisas. Então, dentro do Sindicato, procuramos tratar a trabalhadora doméstica de forma que ela saiba que ela tem valor sim, tem muito valor dentro da sociedade, que é muito difícil.

O projeto do Sindicato para essa trabalhadora mostra que é possível fornecermos algo mais para a trabalhadora, precisamos muito da presença da trabalhadora no Sindicato para fortalecer o serviço, para fortalecer a união, porque nós, a Ediane mesmo, sabe que nós lutamos e precisamos que vocês também nos procurem. Estamos lá para servir, somos domésticas no Sindicato, toda diretora é trabalhadora doméstica, aposentada ou em atividade ainda, e temos uma luta muito grande, porque os patrões vão até o Sindicato e passam o papel de que estão dentro dos conformes, mas não estão, porque tem trabalhadora que nem registro tem. Não tem nem registro, então isso dificulta muito.

Lutamos, temos que procurar mesmo, porque só vamos acabar com os devaneios desses patrões quando nos unirmos mais. Precisamos nos unir enquanto categoria. Somos uma categoria dentro do município de São Paulo e temos força. Só que precisamos de mais união.

Uma trabalhadora, quando vai até o Sindicato, vai porque já passou por uma sequência de irregularidade, porque os patrões não querem pagar o salário decente, não querem dar seus direitos, não querem dar hora extra, não querem nada, só querem que você trabalhe, e temos que lutar contra isso. Vamos trabalhar sim, mas dentro da legalidade, porque trabalhamos, mas não temos um salário decente, nem os direitos que as outras categorias têm, por isso que precisamos muito nos unir mais, estar juntas no Sindicato para fortalecer mesmo o serviço e nos fortalecermos, porque quando sabemos dos nossos direitos, ninguém nos passa para trás.

Então, vamos nos unir mais e em prol da categoria, porque o nosso trabalho é duro, é árduo. Temos muitas leis na convenção coletiva que os patrões não respeitam, precisamos saber quais são esses direitos, aumento de salários...Patrões não querem dar, tem muitos que passa o ano todinho e não dão o aumento de salário, porque o trabalhador doméstico tem sim aumento de salário. O trabalhador doméstico não é porque é doméstico que não tem cesta básica.

Então, nós sabendo disso, procurando Sindicatos, afiliando-nos ao Sindicato, vamos ficar mais fortes e eles vão reduzir cada vez mais. A maioria tem muito medo do patrão, porque é maltratada, eles impõem. Não temos que ter medo. Nós temos é que ter o nosso valor. Nós estamos ali e provamos que somos uma categoria justa.

É isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Amanda Paschoal) – Obrigada, Marinete.

É uma luta que muitas vezes é muito solitária, porque é difícil você construir rede também quando você já tem... já lida com as demandas que são extremamente exaustivas, de uma dinâmica de trabalho extremamente exaustiva, seja em uma ou em várias casas, onde se é realizado o trabalho, tem a invisibilização, a falta de respeito e de cumprimento das leis mesmo, pela parte dos próprios patrões. E, para além disso, também, não só com relação às trabalhadoras domésticas, mas esse é o ponto principal o enfraquecimento. Existe agora em curso o enfraquecimento da importância do que é a luta sindical. Acho que tem sido muito pautado pela Extrema direita, pela direita, pelo neoliberalismo uma luta antissindical, colocando os Sindicatos como inimigos das trabalhadoras, os trabalhadores pelos seus direitos. E temos que entender que a construção sindical é fundamental para que consigamos ter peso na hora de cobrar e na hora de bater em quem tem promovido o descaso, o desrespeito e a falta de construção e elaboração de políticas públicas de qualidade para as trabalhadoras domésticas.

Vou passar agora para a Rosália Vieira, que é da conexão da base domésticas.

Bem-vinda, Rosália.

E vou passar a palavra para maravilhosa Verônica Oliveira, *Faxina Boa*, que tem um

conteúdo chiquérrimo, que conseguiu monetizar em cima das histórias horrorosas que os patrões e patroas nos fazem passar, que é uma mulher preta, da periferia da zona Leste de São Paulo, ex-faxineira de casas e atual faxineira de ideias. Maravilhosa!

- Orador exhibe documento.

A SRA. PRESIDENTE (Amanda Paschoal) – Muito obrigada, Verônica.

A SRA. VERÔNICA OLIVEIRA - Estão me ouvindo? Eu acho tão chique falar desses microfoninhos. Eu preciso sempre comentar esse tipo de coisa. Eu não consigo fingir costume quando eu estou num lugar desses.

E eu queria contar um pouco para vocês sobre a minha história. Eu venho de uma família de classe média, minha mãe era dona de casa, mas a minha avó foi empregada doméstica para uma família tradicionalíssima, daquelas que têm 15 sobrenomes, na região dos jardins.

Eu cresci estudando num dos melhores colégios, morando num bairro super-legal, morava perto, inclusive, e automaticamente as pessoas pensam que está tudo certo com a vida dela, vai dar tudo certo. Ela não tem como desviar deste caminho. E aí engravidei na adolescência. Tomei outras escolhas, não terminei os estudos e acabei decidindo criar a minha filha morando na casa dos meus pais e não entrando no mercado de trabalho.

Então, eu só comecei a trabalhar aos 28 anos de idade. E, honestamente, nessa época eu não sabia sequer cozinhar um arroz, o que considero uma grande vergonha. Meu primeiro emprego foi em uma operadora de telemarketing, justamente porque eu queria voltar cedo à casa. A jornada era de seis horas, e ali aprendi a trabalhar na escala 6x1, a comer em 15 minutos, sempre com pressa, e a viver dentro daquele ritmo intenso.

Trabalhei assim por alguns anos, até que a empresa faliu. Com isso, perdi minha única fonte de renda. A promessa era de pagamento no dia 20, mas esse dia levou três anos para chegar. Perdi a casa onde morava com meus filhos e fomos viver na zona Leste, em um barraco de apenas quatro metros quadrados. Na época, minha filha tinha 17 anos e meu filho, 8. Acabei ficando muito doente e, em 2016, após uma semana sem ter o que comer e vendo meus

filhos perguntarem quando nossa vida iria mudar, tentei suicídio. Pensei que, se eu não conseguia oferecer o mínimo a eles, talvez a vida só mudasse se eu não estivesse mais aqui.

No entanto, sobrevivi e hoje estou aqui para contar minha história. Após o episódio, fui internada em uma clínica psiquiátrica por um mês. Naquele período, percebi que tinha comida todos os dias, cinco refeições, tempo para refletir e acompanhamento médico. Lembro-me do médico me dizer: “Eu não a considero doente; o seu problema é a pobreza”. Essa fala me marcou profundamente, pois compreendi que, se conseguisse sair da escassez, também melhoraria minha saúde mental.

Depois de sair da clínica, fiquei afastada do trabalho e fui morar com minha mãe. Certa vez, pedi para dormir na casa de uma amiga. Lá, após comermos, comecei a lavar a louça, limpar o fogão, a pia, o chão, varrer a casa, tirar o pó. Fiz uma faxina completa sem perceber. No final do dia, estávamos rindo juntas, e ela me perguntou se eu ficaria ofendida caso me pagasse 150 reais. Aceitei imediatamente. Naquele instante, percebi que no telemarketing eu recebia apenas um salário mínimo, mas, se trabalhasse todos os dias com faxinas, poderia ganhar bem mais. Foi então que decidi seguir esse caminho. Inicialmente, fazia faxinas apenas para amigas, mas logo resolvi divulgar meu trabalho. Criei uma montagem com o cartaz do filme *Kill Bill*, trocando a espada por uma vassoura e colocando o meu rosto no lugar da atriz. Postei a imagem na internet e, no dia seguinte, a publicação já tinha dez mil curtidas.

Dois dias depois, recebi uma ligação da *TV Record* querendo gravar uma reportagem comigo, “a faxineira famosa”. Criei, então, uma página no Facebook para compartilhar minhas experiências. Em apenas dois dias, a página já tinha seis mil seguidores. Mais tarde, migrei para o Instagram, onde atualmente conto com cerca de 290 mil seguidores, entre eles pessoas famosas, políticos e artistas.

Passei a relatar tanto situações engraçadas quanto difíceis: desde acidentes, como quebrar um objeto na casa de um cliente, mesmo quando o verdadeiro culpado foi o gato, até episódios de preconceito, como ser impedida de usar talheres em determinados lugares.

Fui compartilhando tudo o que acontecia de forma leve e divertida, até perceber que

aquele espaço era importante. Eu não tinha visto ninguém ocupar a internet dessa maneira. Uma coisa é dar dicas de limpeza; outra, bem diferente, era eu contar minhas experiências reais. De tanto arrastar eletrodomésticos, cheguei a questionar: por que as geladeiras das pessoas ricas são tão pesadas? A minha, simples, de uma porta, eu conseguia mover facilmente para limpar. Já as de duas portas, enormes, acabaram me causando uma hérnia abdominal, que precisei operar. Após a cirurgia, precisei ficar afastada quase metade de um mês. Isso significava também metade do mês sem trabalhar – e sem dinheiro para necessidades básicas.

Nesse momento, descobri que, ao me registrar como MEI, teria direito a auxílio-doença. Eu mesma não sabia, e quando comecei a compartilhar essa informação, muitas pessoas também se surpreenderam. Assim fui aprendendo e dividindo essas experiências em tempo real: errando, acertando e evoluindo. Com o tempo, as coisas mudaram. Com o dinheiro das faxinas, consegui pagar a faculdade da minha filha, que hoje, com 25 anos, é formada em Artes Visuais. Meu filho, de 16 anos, pôde estudar bateria e agora sonha em ser músico. Hoje tenho também uma filha pequena, de quatro anos. São três filhos: uma artista, um músico e uma bebê, e eu sigo nessa jornada, acreditando que não terminei como faxineira, mas comecei. A faxina foi o ponto de partida para realizar meus sonhos e os dos meus filhos.

Escrever um livro foi um desses sonhos, e também passei a palestrar em diversos lugares do Brasil. Eu nunca havia viajado de avião até uma cliente pagar a passagem para que eu fosse fazer uma faxina em sua casa no Rio de Janeiro. Achei aquilo um luxo. Com isso, passei a mostrar às pessoas o quanto valorizo meu trabalho e como todos devem valorizar o seu. Cada pessoa precisa compreender a importância e a potência do que faz. Afinal, se alguns podem sair, estudar e trabalhar, é porque alguém cuida da casa e a mantém funcional. Esse trabalho deve ser respeitado e justamente remunerado.

Minha missão é compartilhar essa visão para que cada trabalhadora entenda seu valor e saiba cobrar reconhecimento, tanto financeiro quanto humano. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Amanda Paschoal) – Muito obrigada, Veronica. Sua história é gigantesca e mostra a importância da comunicação na construção de redes de fortalecimento,

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 18 DE 34

para que as pessoas conheçam seus direitos, encontrem caminhos e se reconheçam nas experiências umas das outras. O que você faz é precioso e não tem preço.

Agora, vamos receber Rosália Vieira, integrante da Rede Conexão Babás e Domésticas, uma iniciativa digital que busca ajudar babás, cuidadoras e trabalhadoras domésticas a se profissionalizarem e a protegerem seus direitos.

Rosália, seja muito bem-vinda e muito obrigada pela sua presença.

A SRA. ROSÁLIA VIEIRA – Boa noite. Estou representando a Mariana Senna, criadora e fundadora do Conexão Babá, que não pôde estar aqui por estar em compromisso no Congresso, em Brasília. Estou aqui em seu nome para contar um pouco sobre como surgiu o Conexão Babás.

A Mariana é a criadora e fundadora do Conexão Babás e Domésticas. Ela foi babá há cerca de três anos e passou por uma situação muito difícil em uma das casas em que trabalhou. Desenvolveu alopecia e outros problemas de saúde. Foi a partir disso que criou o Conexão Babá. Na época, ela não conhecia bem os direitos das trabalhadoras domésticas e foi aprendendo. Junto com ela, todas nós que estamos hoje no grupo – formado por cerca de 1.200 mulheres – seguimos nessa caminhada.

A Mari também iniciou uma luta pela equiparação do seguro-desemprego. Para a maioria dos trabalhadores, o benefício é de cinco parcelas, mas, para as trabalhadoras domésticas, são apenas três. Estamos nessa batalha para mudar essa desigualdade, e a Ediane tem nos apoiado nesse processo.

É basicamente isso o que eu gostaria de compartilhar. Agradeço pela oportunidade de participar. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Amanda Paschoal) – Rosália, muito obrigada.

Cada relato trazido aqui é muito importante. É por meio dessa troca e dessa construção coletiva que aprendemos a criar caminhos, seja na esfera pública, seja nos órgãos competentes para cobrar direitos que historicamente têm sido negados a essa categoria.

Reforço mais uma vez: quem quiser falar ainda pode se inscrever. Temos duas

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 19 DE 34

peessoas inscritas. Vou chamar agora Rodrigo Emerson de Souza, que está inscrito para participar de forma virtual. O Rodrigo está presente? (Pausa) Não.

Então, vou chamar as pessoas inscritas aqui no presencial. Para a primeira fala, passo a palavra ao Mateus, do Movimento VAT – Vida Além do Trabalho.

O SR. MATEUS ORDINE RIGONATI – Boa noite a todos. Sou Mateus Rigonati, da coordenação estadual do movimento VAT pelo fim da escala 6x1. Saúdo todas as mulheres desta Mesa, mulheres de luta e de força.

É um orgulho ver uma empregada doméstica, como foi a Ediane, ocupar um espaço na Assembleia Legislativa de São Paulo. Vivemos em uma sociedade hipócrita, que costuma dizer que a empregada é “como da família”, mas mantém o quartinho empoeirado para ela. No Brasil, existem mais de 5,9 milhões de trabalhadoras domésticas não formalizadas. Muitas não têm acesso à previdência, ao auxílio-maternidade e a outros direitos. Frequentemente, quando reivindicam o que lhes é de direito, são demitidas ou ameaçadas. E muitas acabam aceitando essa situação por medo de perder o emprego e não conseguir outro.

Quero parabenizar todas as pessoas presentes. São movimentos de luta, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos – MTSD. Quero saudar vocês e dizer que o Movimento VAT está de portas abertas para todos.

Agradeço à Vereadora Amanda Paschoal a iniciativa de abrir as portas desta Casa para essa pauta tão importante.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Amanda Paschoal) – Obrigada, Mateus, do Movimento VAT, essa organização tão importante idealizada por Rick Azevedo, vereador carioca que trabalhava como atendente em uma rede de farmácias e, a partir de postagens no TikTok, denunciando a escala 6x1, conseguiu mobilizar pessoas em torno

Sabemos que a precarização de todas as formas de trabalho tem se intensificado, principalmente após as reformas trabalhistas e a ascensão da direita e da extrema direita. Esse discurso tenta vender o sonho do empreendedorismo para pessoas que, na realidade, são

exploradas. Diante disso, precisamos saudar o movimento e seguir na luta. Érica Hilton está atuando com destaque na Comissão Especial que debate o fim da escala 6x1, e contamos com o engajamento de todo o País para manter essa pauta viva e conquistar o fim dessa escala, que é nefasta e insustentável. Chega de escala 6x1, não é mais possível aceitá-la.

Agora, passo a palavra para Geane Maria de Souza, integrante do Movimento Trabalhadores Sem Direitos.

A SRA. GEANE MARIA DE SOUZA – Boa noite, companheiras e companheiros de luta. Meu nome é Geane e faço parte do Movimento Trabalhadores Sem Direitos e do núcleo das domésticas da Leste. Há cerca de um mês, realizamos uma reunião na minha casa com trabalhadoras domésticas. Durante a conversa, perguntei como eram tratadas em seus locais de trabalho, e os relatos foram tão duros que chegam a causar indignação. Fiz anotações que ocuparam cinco folhas, reunindo experiências de exploração que precisam ser denunciadas.

Os relatos começam pela questão dos horários. Muitas patroas exigem que a trabalhadora chegue às 8h, mas quem chega nesse horário deveria sair às 16h e não às 17, pois diarista não tem intervalo para almoço. A diarista, portanto, trabalha direto, sem pausa, e ainda precisa levar sua própria marmita, pois nem sempre lhe é oferecida refeição. Em muitos casos, a trabalhadora tem de tomar café na rua, antes de iniciar a jornada, porque não é permitido fazê-lo na residência. Além disso, mesmo quando a empregadora diz que “não cozinha”, frequentemente pede que a diarista prepare feijão, arroz ou algum prato rápido, embora a trabalhadora já tenha levado sua refeição.

Além disso, há outra questão: a função dupla, o desvio de função. A trabalhadora chega como diarista, mas acaba sendo diarista, doméstica, babá, “babá de pet” e cuidadora – precisa ser tudo. E ainda há o detalhe de que deve ir ao mercado, caso falte algum item: comprar, trazer e guardar. Isso é função de um diarista? Não! Isso é função de uma doméstica, mas, infelizmente, é a realidade que vivemos.

Tenho muitos outros relatos sobre essa situação. Infelizmente, o trabalho análogo à escravidão persiste de formas diferentes. E o salário? Extremamente baixo. A própria doméstica

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 21 DE 34

enfrenta a mesma realidade. Tenho relatos em que, contratada como doméstica, a trabalhadora acaba desempenhando funções de diarista, faxineira, babá e cuidadora. Ela precisa ser tudo, tudo, tudo.

Então, o que a gente pede – eu peço em nome de todas as meninas do meu grupo – é socorro. Nos socorram e nos ajudem. Por favor!

Obrigada. (Palmas)

Você é diarista, você é faxineira, você é babá e cuidadora. Você é tudo, tudo, tudo. Então, eu peço, em nome de todas as minhas meninas do meu grupo, é que nos ajudem, por favor, porque estamos precisando de socorro.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Amanda Paschoal) – Muito obrigada, Geane.

Mais alguém quer se inscrever para falar? Vem, Claudinha.

A SRA. CLAUDINHA – Boa noite, cooperada de luta. Queria saudar esta Mesa muito potente, só mulherada que nos representa muito: Amanda, Ediane, Professora Eliete, Rosália, Marinete e Verônica.

Eu não poderia deixar de atender ao apelo da minha Deputada Estadual. E lembrando que estou representando um movimento periférico que, na sua grande maioria, são mulheres pretas, pardas, da classe trabalhadora, informais, que se viram a todo momento para poder dar conta da casa, dos filhos, dos doentes da família. Tem a questão da creche das crianças, de não ter assistência, de não ter o direito garantido na legislação, agora que avançou, também nas parcelas do seguro desemprego.

Ainda estamos muito distantes daquilo que era o cenário ideal para as trabalhadoras domésticas. Tenho muitos relatos. Na casa da minha mãe, começamos a trabalhar muito cedo. Eu comecei a trabalhar aos 12 anos, cuidando da casa dos meus vizinhos. E, ainda que a vivêssemos no mesmo bairro, eles pareciam ter mais condições que a nossa família, que era muito cheia de criança, então precisávamos trabalhar e ajudar a mãe.

Então, eu fui trabalhar também de doméstica, limpar casa. E assim: eu tinha 12 anos

e tinha uma criança de três meses para eu cuidar. Esse foi o meu primeiro trabalho como doméstica. Depois vieram outros, cuidando da casa das minhas parentes, da minha irmã, da minha cunhada, igual a Verônica assim pegando os mais próximos.

Depois, quando eu me separei do pai dos meus filhos, saí de casa por violência doméstica e tive que enfrentar a faxina grossa mesmo de lugares como salão, de baile de nostalgia, de bailinho de terceira idade. Eu fazia faxina sozinha e, às vezes, levava meus filhos no final de semana. Muitos finais de semana, meus filhos não conseguiam me ver. Eu ficava, às vezes, quase 24 horas fora de casa, porque eu trabalhava de garçonne e ainda fazia faxina para complementar o salário, quando o salário mínimo era 300 reais.

Essa vivência de faxina, de diarista, é uma luz para a mulher, muitas vezes; mas é totalmente sem uma regulamentação, sem nenhum direito.

Outra tarefa que o companheiro falou: desvio de função. Às vezes, pediam: “Dá uma lavadinha no chão”, mas quando chegava lá tinha o chão para lavar, tinha a louça para lavar, a roupa para lavar, estender, passar, tinha tudo isso. Então, que bom que que estamos avançando. Pelo menos no estado de São Paulo, nós temos a nossa representante, na cidade de São Paulo; e todas as companheiras que trabalham e representam os sindicatos e também representam as mulheres reais na rede, falando para mais mulheres, mostrando que é possível, sim.

Vamos continuar, porque precisamos avançar e precisamos garantir não só mais direitos, queremos também o fim da escala 6 por 1, como o pessoal do VAT, aqui representado. Precisamos avançar, para termos a sociedade que almejamos.

Não é fácil, mas vamos continuar na luta. É isso aí.

A SRA. PRESIDENTE (Amanda Paschoal) – Muito obrigada pela sua contribuição, Claudinha. Eu tenho certeza de que nós temos um grande desafio.

Eu estou no primeiro mandato. Por mais que seis meses tenham se passado, é meu primeiro mandato como parlamentar, e há ferramentas na Câmara que eu ainda não descobri como utilizar. Mas a principal ferramenta é a nossa voz e também os espaços para debates importantes, como os que estão acontecendo esta noite.

Esta audiência já é a primeira ferramenta, o primeiro passo, para a construção, na luta e na defesa dos nossos direitos.

Eu também estou protocolando na Câmara projetos de leis inspirados em projetos que a Ediane já protocolou na Alesp, em nível estadual. Um deles institui o Programa Laudelina de Campos Melo, inicialmente apresentado pela Deputada lá na Alesp, e que eu tenho a honra de representar na Câmara Municipal.

Este é um projeto que cria auxílio financeiro para as trabalhadoras domésticas e de cuidados, com o objetivo de garantir o direito à educação e promover a elevação da escolaridade através do incentivo ao acesso e à permanência em instituições de ensino.

O segundo PL que nós apresentamos é o projeto que cria a Campanha Permanente pelo Trabalho Doméstico Decente no âmbito do Município de São Paulo, alterando a Lei 14.007, do dia 20 de junho de 2005, para instituir como serviço do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo o suporte jurídico e psicológico para as trabalhadoras domésticas e de cuidados na nossa cidade.

Essas iniciativas, esses encaminhamentos, são o pontapé inicial do debate que temos que manter vivo na Câmara, na Alesp e em Brasília, através da troca da nossa rede mesmo de cuidado e da construção junto com movimentos sociais.

Eu me coloco à disposição, através da Comissão de Saúde, mas também o meu mandato como um todo, para a defesa em plenário para toda e qualquer denúncia e demanda que chegarem sobre violação de direitos trabalhistas.

Sabemos que, infelizmente, o trabalho das trabalhadoras domésticas é extremamente desvalorizado. Não é visto mesmo, é invisibilizado. E não somente o trabalho doméstico, porque sabemos também como se perpetua na nossa sociedade o preconceito com relação a serviços gerais.

Vemos até mesmo nesta Casa, e em tantos outros estabelecimentos, como as trabalhadoras dos serviços gerais são precarizadas, têm os seus direitos completamente negados. E a despeito do que essa corja, essa elite ultrapassada, cheia de naftalina, que segue

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 24 DE 34

fls 25

regendo esta Casa, as casas legislativas, e detêm o poder econômico no nosso país, irão surgir e brotar, cada vez mais, mulheres que irão construir um futuro diferente, com direitos. Mulheres que também irão reverberar para a construção, manutenção e fortalecimento de mais Edianes, mais Verônicas, mais Amandas, mais Elietes, mais Marinetes, mais Rosálias. Enfim, todas nós iremos nos unir e construir, em contraponto a todo esse ódio, precarização e sucateamento dos direitos fundamentais desse trabalho de cuidado essencial que ninguém vive sem.

Temos algum inscrito? Não?

Antes de passar à Ediane, eu pedi à minha Deputada, que tem legitimidade, potência, axé, borogodó, que finalizasse.

E já agradeço a presença de cada um e de cada uma de vocês nesta audiência.

Este é apenas um primeiro passo para construirmos em conjunto um futuro melhor para a nossa cidade, para o nosso estado, para o nosso país, para todas as mulheres que fazem esse trabalho, que deve ser valorizado, porque é um trabalho precioso de cuidado.

Passo à palavra à nossa Deputada Estadual Ediane Maria.

A SRA. EDIANE MARIA – Gente do céu, eu estou muito feliz.

Esta audiência pública tem a finalidade de apresentar os nossos projetos de lei e, também, que esta Casa se comprometa.

Hoje, nós temos dois mandatos, três mandatos, quaro mandatos, até porque falar comigo é falar com o Guilherme Boulos, é falar com a Erika Hilton, é falar com a Amanda Paschoal, é falar com o campo político do MTST, do Movimento Trabalhadores Sem Direitos, é falar com uma grande categoria – movimentos sociais gigantescos que movimentam.

Eu olho para o MTST, para os trabalhadores sem direito e, Amanda, eu fico muito feliz, porque a gente não consegue enxergar grandes marchas organizadas, por mais que nessa minha andança, porque, assim como você, nós também estamos aprendendo no dia a dia sobre o mecanismo desta Casa, inclusive o que foi feito.

Está horroroso, essas almofadas deveriam mudar a cor... Está muito feia, está brega. (Risos) Bom, inclusive, esta Casa deveria se atualizar esta Casa! (Risos) Pelo amor de Deus,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 26

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 25 DE 34

vamos dar uma dica bem legal, uma dica boa de faxina para esta Casa. Alguns parlamentares horrorosos, transfóbicos, inclusive, deveriam sair daqui. Bom, mas enquanto eles não saem, a Amanda está aqui dando aquela, colocando eles no lugar, colocando ordem na Casa.

Então, a gente está aqui hoje para falar sobre um tema importantíssimo, que é o trabalho doméstico. E a gente vê no MTST essas trabalhadoras ali chegando, assim como eu cheguei, em 2017. Amanda, cheguei para lutar e ali encontrei pessoas como eu, e isso é importante. Quando a gente fala, mas não vimos na história do nosso País uma grande massa de trabalhadoras domésticas, por mais que a Laudelina de Campos Melo, que lutou muito, dedicou a sua vida, a sua história, a sua resistência, deixou sua casa, inclusive, lá em Campinas, para fundar o primeiro sindicato das trabalhadoras domésticas. A gente viu também toda a movimentação da Benedita da Silva, de tantas outras, é a nossa Presidente Dilma finalmente olhou, finalmente.

Por isso, é importante nos colocar, a gente se colocar nos espaços de poder, porque a mudança e a transformação se faz ocupando esses espaços. Mas ainda sabemos que para várias de nós, para milhares, para milhões de nós, não é fácil, o caminho ainda não está dado. Quem vai dar esse caminho, que vai direcionar as trabalhadoras doméstica, seremos nós, guiando, com a Verônica, lá na rede social; vai ser com a Amanda, ocupando aqueles espaços cada vez mais e trazendo projetos de lei conjunto, coletivos, para que a gente consiga trabalhar juntas. E os movimentos sociais, sim, estão na base, estão lá construindo e pensando no dia a dia; os sindicatos; é a Eliete na universidade. Porque odeiam, a casa grande se revolta quando a senzala entende o seu lugar. Então, são esses incômodos que a gente faz, para poder dizer que nós, sim, nós sabemos limpar uma casa, mas nós também queremos ocupar a política.

Quando entrei lá na Assembleia, vários parlamentares, assim como você, Amanda, aqui nesta Casa, eles se levantaram. Então, eles acharam que era uma sabatina que estavam fazendo comigo. Por quê? Eles ficaram todos os dias no Plenário, e lá, é tão atrasado o estado de São Paulo, gente, na ALESP agora mudou, a gente questionou, e mudou. A gente assume o mandato depois, é o último estado do Brasil que assume depois os mandatos, são os deputados

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 26 DE 34

estaduais. Então, dia 15 de março, assumimos na ALESP. E aí qual que era o discurso dos parlamentares? Depois que eu falei da ruptura política, de colocar o povo, o povo da base, ocupando aqueles espaços, eu fiquei ali 15 dias em sabatina, sabatina, sabatina, sabatina. Disse: olha, a minha mãe veio do Nordeste, trabalhou como empregada doméstica e eu cheguei aqui; o deputado tinha cinco mandatos. O outro ia lá e falava: olha, minha mãe trabalhou como empregada doméstica, tal, e eu cheguei aqui. Eu ia pesquisar, já estava ali há 2,3 mandatos. Aí colocaram e nós desmascaramos na primeira semana. Aí confundiram eu com a Paula da Bancada Feminista, e assim foi. Quando chegou o dia 2 de abril, eu fiz questão de subir naquele plenário, porque já fazia 8, 9 anos que a PEC das trabalhadoras doméstica tinha sido sancionada. Eu olhei para eles e falei: que bom, deputados... porque eles acharam que iriam me assustar, me apavorar, fazer com que eu falasse: olha, está vendo, eu não sou a primeira, ele está aqui, ele está ali... Só que ele não se elegeu falando dessa pauta, teve vergonha de falar.

Então, eu falei, que bom que vocês estão aqui, mas que pena que nesta Casa não tem projetos de lei que pautem as trabalhadoras domésticas. Então, se vocês não têm a capacidade de honrar as trabalhadoras domésticas, honrem a mãe de vocês, honrem a mãe de vocês! Nós já sabemos o caminho, nós não queremos só aplaudir o avanço dos patrões, nós queremos olhar para os patrões e caminhar junto com eles.

Se o Holiday quer colocar para as classes mais vulneráveis a política de cotas, ele vai encontrar novamente o povo preto ocupando aqueles espaços. É isso que ele não entendeu. Nós somos uma categoria, nós somos uma sociedade que, infelizmente, ainda não conseguiu lidar com o avanço e a libertação do povo preto. Então, Amanda, não de se assustar, olhar e falar: a maioria da categoria é de mulheres negras, periféricas, mães solos, que estão adoecidas, que estão na periferia e encontram a libertação nos movimentos sociais.

São essas que encontram a libertação e verem que podem falar, que podem se organizar, que podem questionar os patrões, assim como eu pude questionar também.

Então não é uma guerra. Não é uma guerra na sociedade, por mais que eles queiram implantar isso. Nós estamos falando de uma sociedade onde as trabalhadoras domésticas

consigam lutar por mais direitos. Ainda é uma categoria, por mais que a gente possa falar.

Eu olho toda movimentação da nossa Presidenta Dilma, mas, infelizmente, a gente acompanhou, de 2013 até 2016, no golpe da Presidenta Dilma, nós vimos, várias de nós, sendo condicionadas a vir para a Paulista bater panela. Sendo que as nossas panelas estavam vazias em nossas casas.

A gente está falando sobre isso, gente. Ocupar a política, entender que será com nossas mãos, com as mãos de toda a sociedade que a gente vai mudar, de fato. Então, viva a luta das trabalhadoras domésticas, porque a gente nunca desistiu. Nós nunca desistimos de lutar.

Por mais que eles tentaram de tudo, abafar, silenciar, matar de fome, esqueceram de nós no quarto de empregada, mas a gente de olha e fala: Eu olho para aquele quarto e falo, tem esperança.

Vocês podem prender o nosso corpo, mas a nossa alma, jamais prenderão.

Então viva.

A SRA. PRESIDENTE (Amanda Paschoal) – Ediane, muito obrigada pela sua potência, força, capacidade de transformar mesmo, de mostrar e escancarar para essas pessoas toda a brutalidade e a desigualdade que ainda estão tão intrínsecas à nossa sociedade.

Gente, eu estou perdidinha no protocolo, mas vou falar o seguinte, alguém mais da mesa quer fazer uso da palavra? Querem fazer uma consideração para finalizar... algumas de vocês? Não. Verônica? Não. A Eliete.

A SRA. ELIETE EDWIGES BARBOSA - Eu acho que para a gente ter reflexão, eu vou falar para todas nós entendermos a sociedade em que a gente vive. Entender a potência que a mulher tem, principalmente, a potência da mulher periférica, porque ninguém consegue transformar meio quilo de carne moída para sustentar 10.

Economista nenhum na vida consegue fazer esse cálculo, nem consegue pegar um valor, 50 reais, para durar a semana inteira. E a gente faz, não é? Então se a gente tem essa potência e essa capacidade, temos muito, muito, muito mais. É isso.

- Manifestação na galeria.

A SRA. EDIANE MARIA - Bom, gente, eu queria falar um pouco do projeto em si. Eu acho que a Amanda apresenta o projeto, mas o porquê que ele existe? Sabe Amanda, acho que isso é legal.

A gente fez um projeto de lei, que foi o nosso primeiro, na ALESP. Então qual foi esse projeto? E a gente foi entendendo no mecanismo. Por quê? A gente não pode lançar um projeto de lei que já existe. É uma dinâmica da própria Casa, não é, Amanda? A gente não pode.

Se já existe um projeto de lei, por exemplo, se a Amanda faz o projeto de lei, eu posso pegar a coautoria do projeto da Amanda para trabalharmos juntas, mobilizando, para conseguirmos criar uma lei na cidade de São Paulo ou no estado de São Paulo.

Para garantir dignidade, visibilidade e direitos, que é o principal, nós colocamos o quê? O projeto de lei - que foi o primeiro nosso: Casa da Trabalhadora Doméstica. Porque a maioria mora na periferia, muitas moram nas casas dos patrões, não têm casa.

Então, Casa da Trabalhadora Doméstica para procurar o trabalho do jurídico, de saúde, vários outros programas. Ah, meu registro de carteira, estou há 20 anos naquela casa, não tenho registro de carteira, como que procura? Eu preciso de um advogado para fazer a contagem do tempo. E a gente sabe a dificuldade que é para nós.

Então foi o primeiro projeto nosso, que foi o da casa doméstica. Ah, o pessoal dizia para mim assim: Geane, eu já registrei. Geane, está registrada, você sabe. Eu falava, gente, mas não é assim que funciona. Porque, você registrou. Que bom, você tem consciência. A maioria, 74% das trabalhadoras domésticas estão sem carteira assinada. Então é um programa que você precisa, inclusive se já registrou, chamar teu vizinho, fazer uma reunião de condomínio para saber se tem alguém naquele espaço que não registrou, que não garantiu o direito para trabalhadora doméstica.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. NILDA - Meu nome é Nilda. Quero saudar todas as mulheres do movimento. Estou no movimento há pouco tempo. Há 4 anos. É um movimento incrível. Queria relatar que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 30

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 29 DE 34

eu trabalhei a minha vida inteira, desde os 12 anos, em casa de família, na Bahia. Aqui em São Paulo, em vários lugares. Muitos anos em Brasília, fui moradora de Brasília por 18 anos e nunca tive a oportunidade de ter um registro, porque sempre falavam que eu não precisava de registro, porque eu não tinha estudo. Não tinha estudo, não conseguia assinar o meu nome. E nisso eu trabalhei a minha vida inteira.

Agora eu caí no momento com problema saúde, inclusive estou, operada recentemente, há um mês, e fiquei seis meses correndo atrás do LOAS. Recorri até advogado da ocupação onde moro, Ocupação Carolina de Jesus e até hoje eu não consegui. Eles falaram para mim que eu não tinha direito porque eu não tinha nenhum tipo de deficiência. Só que eu não acho justo isso, porque eu trabalhei a minha vida inteira, como todo mundo relata, limpando, muitas vezes até cuidando de pets. Limpando o banheiro, fazendo tudo. Lavava, limpava, cozinava. Fazia tudo e ainda tinha que chegar em casa e cuidar da minha casa, porque eu não tenho família, não tenho ninguém. Eu passei por uma situação, quando eu mais precisei do Estado, eles me viraram as costas por várias vezes. Fui por três vezes, tentei o LOAS e não o consegui. Está com três dias que o pessoal me ligou perguntando porque que eu não consegui o LOAS, que tinham visto que eu tinha o pedido, estava parado, inclusive, eu tenho aqui todo o relato no meu telefone. Eu falei para ela - como eles falaram - todas as vezes que eu fui atrás do LOAS eu não tinha deficiência nenhuma, então eu não tinha direito ao LOAS. Igual ao meu auxílio. Eu conseguia viver, mais ou menos, quando eu recebia o meu Bolsa Família e tem quatro anos que pediram para mim renovar o Bolsa Família e nunca mais eu tive retorno. Então, agora eu me vi numa situação de doente, se não fosse o meu esposo trabalhando, eu teria passado até fome, nem uma cesta no CRAS eu não consigo. Já fui diversas vezes sempre falam que vão ligar, que vão ligar e eu nunca consegui nem uma cesta básica. Se não fosse o meu esposo, eu teria morrido de fome, de verdade, se fosse depender do Estado.

Outra coisa, que eu quero relatar, tenho 40 anos, eu não tive a oportunidade de estudar porque os meus pais me abandonaram. Por duas vezes eu entrei na escola não consegui nenhum tipo de formação. Estudei menos de três anos, me colocaram na 6ª série, sendo que eu

nunca fui alfabetizada. Como que eu vou pegar um diploma sendo que mal sei escrever meu nome direito? Então, eu saí. As duas vezes que saí da escola, não, continuei. Eu acho que a gente precisava de uma escola com alfabetização só para adultos, porque eu tenho certeza que tem muitas mulheres na minha situação, que não teve tempo de estudar pelo fato de estar cuidando dos filhos dos ricos, de estar cuidando dos ricos, de estar cuidando da casa deles, e a gente acabou ficando para trás.

Quero deixar aqui hoje dois pedidos sobre a questão do LOAS que a moça falou, que não é justo ser surdo, cego, aleijado, para poder ter os nossos direitos? Se trabalhamos a vida inteira e a gente precisa de uma escola. Uma escola só para alfabetização. Não esse negócio de fazer três, quatro, cinco séries, sendo que nunca fomos à escola. Não fomos alfabetizados. O que aconteceu agora comigo. Eu só estudei dois anos e aí me colocaram na 6ª série. Veio meu boletim falando que eu estava na sexta série, sendo que eu não sei ler nem escrever. Então, eu novamente saí da escola. E eu, até hoje, já pesquisei, já procurei, mas não encontrei nenhuma escola, todas as escolas falam que não, que eu tenho que seguir em frente, tenho que seguir em frente. Como que eu vou pegar um diploma se eu não sei, mal e mal, escrever meu nome?

Infelizmente, eu não tive tempo de estudar porque a minha vida inteira eu tive que trabalhar na casa dos outros para me sustentar, porque eu não tenho família, não tenho ninguém. Os meus pais me abandonaram, eu vivi a vida inteira sozinha, desde os 12 anos sozinha no mundo, lutando para sobreviver e, graças a Deus, nunca fiz nada errado. Sempre trabalhando. Faço de tudo um pouco. Sou doméstica, sou auxiliar de cozinha, sou saladeira, aprendi tudo isso na raça, e hoje estou aqui podendo ter a oportunidade de falar tudo isso.

Me desculpem por eu não subir ali na frente, porque eu tenho muita vergonha, mas quando você começou a falar, toda vez que eu te encontro, eu me emociono muito, muito. Eu me identifico muito com cada palavra, com cada mulher que falou aqui.

Muito obrigada a todos. E, se você puder me ajudar nessa questão, não só a mim como várias mulheres que precisam disso. Todas as escolas que eu passei, eu estudei na escola CEU Tiradentes e estudei no Jardim Iguatemi, inclusive tem 9 meses que eu saí da escola porque

veio meu boletim falando que eu estava na sexta, sétima na série. Eu não aceitei e, novamente, abandonei a escola. Muito obrigada a todas vocês. (Palmas prolongadas)

A SRA. EDIANE MARIA – Meu amor, você é maravilhosa! Que bom que você falou é o que está engasgado na voz de muitas mulheres. É isso que eles querem de nós, eles querem o nosso silenciamento, que a gente não ocupe este espaço, que a gente ache que não é capaz por não termos ensino. Então, são várias as dinâmicas. Quando a gente garante um espaço, Amanda, de acolhimento da classe trabalhadora doméstica, a gente está falando de ouvir essas mulheres, de falar a necessidade, pois cada uma vai trazer uma necessidade. Cada uma vai falar de uma perspectiva, mas sempre apontando o futuro. Nunca é uma pergunta de quem não sabe, é aquela que viveu uma vida inteira trabalhando na casa de alguém, vendo essa pessoa avançar e ela mesma ficando para trás.

Então, esta audiência pública traz isso. Quando a gente traz o projeto do complemento de renda, é uma coisa muito simples, em prol de quem mantém essa sociedade, essa cidade - que é a mais rica, só pede para o Estado de São Paulo e para o Governo Federal, para o Brasil. A gente está falando do complemento de renda, do tipo renda básica. O que que é a renda básica? Todo e qualquer trabalhador doméstico vai procurar o CadÚnico, que é a assistência social. Então, vou lá pedir uma cesta básica, eu vou lá pedir um bolsa família, eu vou lá pedir algum auxílio da assistência social. E o que a gente quer com esse projeto? É muito simples: que toda e qualquer trabalhadora doméstica, qualquer pessoa seja assistida pelo CadÚnico. Que essa pessoa tenha direito ao complemento de renda.

Nós pagamos mais impostos neste país, gente. Eu vejo gente proteger bilionários, banqueiros e *bets*, mas que não olha para quem está limpando a casa dele. É essa mulher que tem que ser assistida. Se eu ganho 1 mil reais, 600 reais, eu pago mais imposto se eu compro uma água. E isso vai pesar para quem? Para o bilionário ou para trabalhador doméstico, para o diarista? Pesa mais para a diarista, porque já tiram tanto! Se é 1 real, se são 2 reais, 10 reais, pesa, porque já tiram muito do nosso salário.

Isso tudo é sobre um olhar de sociedade, de mudança, de perspectiva. Não dá mais

para essa sociedade, Amanda, ficar protegendo banqueiros bilionários e bets. Não dá mais. Nós estamos morrendo na fila do SUS, estamos morrendo sem ensino público. O EJA, neste ano, está atuando sem nenhum real. Sem 1 real de investimento. O Tarcísio de Freitas não mandou 1 reais para o EJA. E é o EJA que vai garantir que a gente consiga terminar o nosso ensino, assim como terminei em 2013. Eles não mandaram nada para nós! Eles querem matar gente, é isso o que estão querendo fazer com a gente; querem varrer a gente dos espaços.

Mais eu olho para o seguinte: a assistência social precisa atender, o LOA precisa atuar para quem precisa. O LOA é para aquela pessoa que não teve registro em carteira porque o patrão não registrou. É sobre isso. E a gente vai acompanhar o teu caso. Fica em paz, a gente vai acompanhar teu caso.

É por isso que é um divisor de águas falar sobre a classe trabalhadora doméstica. Parece que é absurdo quando se fala isso. Parece que... queremos acolher, ouvir as demandas, porque a questão é orçamento tem. Este ano, o Estado de São Paulo está atuando com mais de 600 bilhões de reais, que é dinheiro dos nossos impostos que deveriam ir para a saúde, ninguém deveria ficar no SUS, muitas vezes sem a dipirona, deveria ter investimento no Mais médicos, salas de aula do Eja que vão garantir que o idoso e aquele adolescente também que não terminou o seu ensino na idade certa, tenha uma continuidade, seu diploma.

Sabemos as burocracias para as trabalhadoras domésticas avançarem para o próximo passo. Por quê? Se eu não tenho registro e nem o diploma do segundo grau completo, não avançaremos para o próximo passo. Não temos perspectiva de avançar e todo mundo sabe disso.

A Sra. ex-Presidenta Dilma... falam mal da Esquerda, mas falam com inveja, com dor no cotovelo, sabe por quê? Lembram do Pronatec? O Pronatec eram cursos do Senai, do Senac cursos caríssimos, que fazíamos de graça pela assistência social. Tínhamos direito a fazer isso e era ali que garantia que a trabalhadora doméstica conseguisse avançar na firma. “Eu quero abrir meu próprio negócio, quero virar cabeleireira, vou abrir aqui minha empresa”. Então, eles tiraram isso. A primeira coisa, quando tiraram a Sra. ex-Presidenta Dilma, tiraram o Pronatec.

Eles estão varrendo o Eja, acabando com tudo, com todos os mecanismos de assistência social que garantam que consigamos avançar. O desafio nosso é cada vez mais avançar. Se eles querem que nos calemos, temos que falar, abrir a boca e nos organizar.

Esse complemento de renda é para garantir, só para finalizar, que se estou no CadÚnico e lá preciso falar o que ganho de renda... tem que falar... se eu ganho 400 reais no CadÚnico ou no Bolsa família, o Estado de São Paulo tem que complementar esta renda para chegar a um salário mínimo. Estamos falando do mínimo, não é do máximo. É um salário mínimo.

Então, por isso que é importante olharmos para essas Casas Legislativas e, por isso eles odeiam quando vem uma pessoa com uma Amanda Paschoal ocupando esse espaço, a Erika Hilton. Eles odeiam quando avançamos, porque trazemos uma voz que eles historicamente silenciaram.

Não querem dividir o espaço conosco, e não estamos aqui para dividir, e sim para compor. O espaço é nosso, é conquistado pela nossa luta. Estamos lutando para avançar nessas Casas Legislativas, assim como nas universidades.

Todos os serviços precisam avançar, mas só vão avançar quando questionarmos, e essa ruptura está acontecendo, estamos fazendo nossa parte, ouvindo os Movimentos.

Que bom que vocês estão aqui, hoje, e é isso.

Não vão fechar a boca de ninguém. Não vão conseguir. Queremos fechar a deles, estamos fechando devagarzinho.

A SRA. PRESIDENTE (Amanda Paschoal) – Primeiro, quero agradecer o relato e não tem muito mais que complementar. Mas, acho que eles não gostam que estejamos nesses lugares, eles se incomodam e tentam trazer para nós, para nossa experiência dentro do parlamento, o desconforto. Mas este desconforto jamais vai chegar aos pés do desconforto que vamos continuar causando neles, porque vamos seguir resistindo e construindo em conjunto e expondo toda a barbárie, toda a maldade, toda a falta de comprometimento e - também - a burrice dessa gente que não sabe fazer política pública e que deixa o país pior do que já está.

Então, vamos seguir resistindo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21279 DATA: 20/08/2025 FL: 34 DE 34

Queria agradecer mais uma vez a presença de todos, as minhas companheiras da Mesa por esta noite que foi potente, de trocas e que foi apenas o primeiro passo na construção de uma São Paulo melhor para todas as trabalhadoras domésticas e para toda a nossa cidade.

Vou declarar encerrados os trabalhos desta audiência pública e também convocar todos para virem para frente para fazermos uma foto geral chiquérrima desta Mesa e de todo mundo que está aqui participando.

Muito obrigada mais uma vez.